

# Sobre a interface oralidade e escrita na transcrição de dados

---

Carmem Luci da Costa Silva\*

## Resumo

Este estudo apresenta reflexões sobre o papel do transcritor na passagem do discurso oral para o escrito. Com base no quadro teórico enunciativo benvenistiano e da observação de dados orais de uma criança dos onze meses aos três anos e quatro meses. A discussão empreendida encaminhou a formulação de três axiomas: 1) a transcrição da fala é marcada pela “falta”, porque há um “resto” da oralidade impossível de ser transcrito; 2) há um ponto de vista teórico subjacente às transcrições; 3) a transcrição é um ato de enunciação. O primeiro axioma advém da revisão dos estudos que tratam da relação oralidade/escrita e dos que apresentam reflexões sobre a transcrição de dados; o segundo advém da observação de que há uma heterogeneidade no tratamento do dado no campo aquisição da linguagem e o terceiro é tributário de reflexões advindas da leitura da obra de Émile Benveniste. A partir do terceiro axioma, produz-se um dispositivo enunciativo para o tratamento da fala da criança.

**Palavras-chave:** Enunciação. Oralidade. Aquisição da linguagem. Transcrição.

---

## Introdução

O tema proposto para este artigo é oriundo das reflexões produzidas em minha tese de doutorado *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*, na qual estudo o fenômeno aquisição da linguagem no quadro teórico da lingüística da enunciação, vinculada a Émile Benveniste.

Nesse sentido, o ponto de vista enunciativo alicerça o estudo aqui apresentado sobre a transcrição dos dados orais de uma criança dos onze meses aos três anos e quatro meses. Com inspiração nesse quadro teórico, problematizo, a partir da natureza do *corpus* oral, o papel do transcritor na passagem do discurso oral para o escrito, compreendendo a transcrição como um ato de enunciação.

---

\* Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Estudos da Linguagem – PPG Letras/UFRGS. E-mail: clcos-tasilva@hotmail.com

A transcrição dos dados me põe alguns questionamentos: É possível dar conta de tudo que a fala da criança apresenta em uma transcrição? O ponto de vista teórico da pesquisa faz parte da transcrição de dados ou a transcrição de dados deve ser teoricamente neutra e, nesse sentido, poder subsidiar diferentes pesquisas (casos dos bancos de dados)? É possível fazer uma reflexão lingüística que tome por base as singularidades constitutivas da atividade lingüística do locutor-transcritor na passagem do oral para o escrito na transcrição?

O objetivo deste artigo é trazer as posições que emergiram das reflexões produzidas para responder a cada uma dessas questões e que orientaram a produção de uma metodologia enunciativa para o tratamento do dado oral da criança em fase de aquisição da linguagem.

## Os aspectos constitutivos da oralidade e da escrita

Neste item, evidencio as reflexões produzidas no Brasil acerca da modalidade oral de uso da língua, a partir da consideração de três aspectos implicados no exercício da fala apontados por Kerbrat-Orecchioni (2006). Segundo a autora, esse exercício implica: uma *alocução*, com falante e destinatário fisicamente distintos; uma *interlocução*, com trocas de palavras e permuta de papéis entre emissor e receptor, e uma *interação*, em que os participantes exercem sobre os outros uma rede de

“influências mútuas”, já que falar é trocar e mudar na troca.

Por isso, mostro, por meio de diferentes autores (MARCUSCHI, 2003; HILGERT, 2001, 2002, 2003; BARROS, 2001), as especificidades da língua falada em relação com a escrita. A reflexão sobre as especificidades da língua falada produzida pelos autores será aqui tratada para caracterização da enunciação oral, mais precisamente, da enunciação oral da criança. Assim, não pretendo mostrar diferenças entre as perspectivas teóricas em que se situa cada um dos autores para tratar da língua falada, mas elencar algumas regularidades que marcam o discurso falado, meu objeto de análise, para após situá-lo no interior da perspectiva enunciativa de Benveniste. Com isso, pretendo justapor esses aspectos gerais que caracterizam o discurso falado, segundo os autores aqui citados, aos aspectos particulares de enunciação oral de criança, foco de minha investigação. Com isso, defendo que oralidade e escrita se imbricam no objeto transcrito, o que faz de uma transcrição uma espécie de “escrita oralizada”.

Marcuschi (2003) estabelece uma interessante distinção entre oralidade, letramento, fala e escrita, levando em conta as práticas sociais e as modalidades de uso da língua. Para tanto, concebe a *oralidade* como uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso.

O *letramento*, por sua vez, envolve as mais diversas práticas de escrita na sociedade em que o indivíduo atribui significados à escrita, mesmo que não faça uso formal dela, isto é, não seja alfabetizado. A *fala*, situada no plano da oralidade, é concebida como uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral, caracterizando-se pelo uso da língua na forma de sons significativos sistematicamente articulados, bem como de aspectos prosódicos. Envolve também uma série de recursos expressivos de outra ordem, tais como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. A *escrita*, situada no plano do letramento, é tratada, pelo autor, como um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e caracteriza-se por sua constituição gráfica, envolvendo também recursos de ordem pictórica.

Considerando as concepções acima, o autor procura delimitar a distinção entre fala e escrita, salientando que, de modo essencial, tal delimitação repousa sobre os aspectos sonoro e gráfico. Marcuschi (2003) destaca as várias tendências dos estudos que se ocupam das relações entre fala e escrita. A primeira tendência apresentada pelo autor, e a de maior tradição na lingüística, é a perspectiva das “dicotomias”; que se dedica a tratar das diferenças entre fala e escrita e concebe o fato lingüístico como imanente. A segunda tendência apresentada é chamada de “fenomenológica de caráter culturalista”, distinguindo a cultura oral da

cultura letrada segundo uma perspectiva epistemológica desenvolvida, sobretudo, por antropólogos, psicólogos e sociólogos. A terceira perspectiva é a “variacionista”, na qual se encontram os estudos de uso da língua, a partir da relação entre regularidade e variação contidas na língua em funcionamento, seja oral, seja escrita. A última tendência, chamada pelo autor de “socio-interacionista”, trata a fala e a escrita dentro de uma perspectiva dialógica. Nesta concepção, fala e escrita são aproximadas porque consideradas como atividades dialógicas.

Para Marcuschi (2003), cada uma das tendências apresenta problemas. Por isso, defende que a explicação do funcionamento da língua na oralidade e na escrita seria mais segura e conteria maior adequação empírica e teórica se concebida a partir da fusão da visão variacionista com os postulados da análise da conversação etnográfica aliados à lingüística do texto. Com essa fusão, para o autor, haveria uma correlação entre as formas lingüísticas (dimensão lingüística), contextualidade (dimensão funcional), interação (dimensão interpessoal) e cognição para o tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas atividades de formulação textual-discursiva.

As questões tratadas por Marcuschi apontam para a complexidade que envolve o uso da língua, seja na fala, seja na escrita. Levando em conta a perspectiva enunciativa de orientação benvenistiana, não posso deixar de observar que tanto na fala quanto na escrita ocorre a conversão individual

da língua em discurso, por meio do ato de utilização.

Na enunciação, como salienta Benveniste (1970/1989), consideram-se sucessivamente o próprio ato, as situações em que se realiza e os instrumentos de sua realização. Nesse sentido, as distinções e aproximações entre fala e escrita parecem delimitar-se a partir desses aspectos, visto o ato – de fala ou de escrita – instanciar os *sujeitos*, o *tempo* e o *espaço*. Na fala os sujeitos dividem um *aqui* (espaço) e um *agora* (tempo), constituindo a situação em que se realiza o dizer numa seqüência de turnos de fala situados numa sucessão temporal. Nesse *aqui* e *agora* compartilhados, os sujeitos constituem, pela realização vocal da língua, o diálogo, produzindo referência e co-referência no discurso, através de procedimentos e formas diversificados (instrumentos de realização da enunciação) com o propósito de engendrar os sentidos no discurso falado. Já na escrita entra em jogo a realização gráfica da língua, em que os sujeitos da alocação não partilham o *aqui* (espaço) e o *agora* (tempo).

No entanto, não posso deixar de salientar que, numa perspectiva enunciativa benvenistiana, tanto fala quanto escrita são concebidas como processos, já que aquele que se enuncia por escrito também deixa marcas do processo enunciativo no produto (o discurso). Talvez a diferença resida no fato de que na fala as formas e os sentidos sejam compartilhados e ajustados por locutor e por alocutário no *aqui* e *agora* do diálogo, ao passo que na escrita o *aqui* e

o *agora* do locutor e do alocutário são distintos e, por isso, o locutor deixa as marcas de seu processo de formulação discursiva para um alocutário que se encontra num outro espaço e num outro tempo de enunciação.

Rey-Debove (1988/1996), a esse respeito, observa o fato de a língua falada permanecer ligada a seu produtor (timbre, pronúncia, sotaque, etc.), podendo ser captada, gravada, filmada e difundida. Isso implica uma produção personalizada em que o locutor se encontra presente, inclusive, por meio de elementos de ordem extralingüística, ao passo que na escrita o locutor ausente permanece presente através de formas lingüísticas, tal como o nome escrito, mesmo que os caracteres extralingüísticos de sua produção sejam perdidos. Assim, “a língua escrita, cujas realizações escapam ao tempo e às distâncias, está mais afastada que a língua oral da situação de produção: ela é despersonalizada em sua expressão (porém homologada em seu conteúdo)” (REY-DEBOVE, 1996, p. 77).

De fato, as colocações da autora trazem à tona os instrumentos de enunciação que aproximam e separam a enunciação falada da escrita, desmistificando, de certa forma, a dicotomia traçada entre essas duas modalidades de língua em termos de formalidade/informalidade na expressão e no conteúdo, já que existe uma linguagem “elaborada” e uma linguagem “descuidada” tanto no escrito quanto no oral. Por isso, a autora prefere falar em um “*continuum*”, neste campo, que perpassa ao mesmo tempo o escrito e o

falado” (REY-DEBOVE, 1996, p. 81). O que parece, nesse sentido, diferenciar fala e escrita liga-se aos aspectos de realização de cada modalidade – som/fonema para a oralidade e letra/grafe-ma para o escrito – e as conseqüências ligadas a essa realização em termos da estruturação do *diálogo* característico da enunciação, como instância que coloca duas figuras na posição de parceiros e protagonistas da enunciação. Esse diálogo, que caracteriza o ato de enunciar, insere o locutor, as situações em que se realiza e os instrumentos de sua realização. Considerar o espaço, o tempo e os locutores presentes na enunciação conduz, ao que parece, a delimitações importantes entre os dois modos de enunciar, o do falar e o do escrever, os quais se imbricam no ato de transcrever, conforme discussão que empreendo no quarto item deste artigo.

Nessa delimitação do discurso falado, torna-se interessante trazer para a reflexão os estudos de Hilgert (2001, 2002, 2003), pesquisador que se dedica há algum tempo a estudar o português falado. Hilgert, ao tratar da natureza do texto falado, argumenta que este tipo de texto caracteriza-se pelo fato de ser essencialmente processo, não produto, constituindo-se no próprio ato de produção. Tomado como processo, observa que “o planejamento do que dizer e a formulação desse dizer não são etapas que se sucedem, mas são simultâneas. O planejamento ocorre, na medida em que a formulação acontece” (HILGERT, 2001, p. 65-66). Essa simultaneidade, como ressalta o autor,

é a responsável pelo fato de o fluxo da formulação textual não acontecer de forma fluente e continuada, mas de forma descontínua, o que marca a natureza do processamento *on-line* do texto falado. Essas descontinuidades acarretam “falhas” na formulação, anunciadas por hesitações, segmentos de difícil compreensão, que acabam sendo reformulados pelo falante, por iniciativa própria ou por seu interlocutor, pela necessidade de intercompreensão conversacional. Para Hilgert, as hesitações e as reformulações evidenciam que o texto falado mantém explícitos os traços de seu *status nascendi*. Assim, o processo de formulação é fortemente caracterizado por “problemas” que geralmente se manifestam por traços lingüísticos ou paralingüísticos explícitos, denominados “marcadores”.

Em seu estudo, o autor mostra, em uma curta passagem de um inquérito do projeto Nure/RS, as descontinuidades, traduzidas em hesitações por meio dos mais diferentes recursos, como alongamento de semivogal seguido de pausa; rápida pausa preenchida por “ah”; longo e complexo processo de hesitação na busca de uma alternativa de verbalização, com alongamento de ditongo nasal preenchido, na sequência, pelo segmento “uhn” alongado, antecedendo outra rápida pausa; explicitação de busca de forma através de expressão verbal do tipo “como é que eu vou dizer”, seguida de outra pausa, em parte preenchida por segmentos paralingüísticos repetidos e alongados até a decisão pela atualização de uma forma no discurso.

Além desse processo de formulação, Hilgert (2001) mostra como ocorrem as atividades de reformulação, que, no curso de fala, remetem a enunciados anteriores. Essas remissões, de alguma forma, repetem, parafraseiam, corrigem, exemplificam, expandem e resumem os enunciados anteriores. As formulações têm um *escopo prospectivo*, e as reformulações, um *escopo retrospectivo*, na medida em que buscam dar um tratamento novo a segmentos já formalmente instaurados na conversação, o que confere a essas atividades o caráter reformulador.

Ainda nesse estudo, o autor aponta as atividades de qualificação, que são segmentos conversacionais de natureza metalingüística ou metadiscursiva, em que os falantes comentam e avaliam suas formulações. Essas atividades de qualificação, para Hilgert (2001), apresentam dois componentes básicos: o enunciado-origem (o segmento avaliado ou comentado) e o enunciado-qualificador (a avaliação ou comentário).

Esse recorte do estudo de Hilgert (2001) evidencia que o discurso oral apresenta questões que lhe são típicas, porque ocorre em uma relação face a face entre locutor e alocutário. Ao colocar a língua em funcionamento nessa relação face a face, os locutores envolvem-se em atividades de diferentes naturezas, entre as quais o autor mostra as de formulação, de reformulação e de qualificação. Esse desvelamento de marcas de oralidade descritas pelo autor conduz-me à conclusão de que a oralidade, com toda a singularidade

daquele que se enuncia, apresenta suas regularidades, pois, ao atualizar a língua em discurso, necessariamente o locutor produz referências no discurso para seu alocutário poder co-referir. De fato, conforme aponta Benveniste (1970/1989, p. 84), “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”. Para suscitar esse retorno, no discurso, o locutor vale-se de diferentes mecanismos, alguns gerais, como aponta Hilgert, porque vinculados à natureza da produção de sentidos da enunciação oral; outros particulares, porque vinculados ao sujeito que se enuncia em um *aqui* e *agora*, instanciando um dizer que jamais se repete identicamente.

Em outro trabalho, Hilgert (2002) analisa a colaboração do ouvinte na produção do turno do falante com base na observação de três inquéritos do Projeto Nurc/SP. Para tanto, explora o texto conversacional, evidenciando que um enunciado, mesmo constituído de um turno, pressupõe um *eu* que se institui simultaneamente a um *tu*. Por isso, argumenta que, numa conversação, ainda que o falante construa individualmente o seu turno, seus enunciados são determinados pela presença *ad hoc* do ouvinte, que ajuda o falante passo a passo nos problemas de formulação inerentes à produção dos enunciados. Por isso, o autor observa o caráter dialogal do texto conversacional, em que, por meio da alternância de turnos em situações face a face,

ocorre a colaboração mútua dos interlocutores, em três momentos: a interrupção do enunciado em construção, a proposta de um segmento colaborativo e a incorporação desse segmento na continuidade do enunciado. Em suas análises, Hilgert (2002) verifica como ocorre a integração do segmento colaborativo na continuidade do enunciado interrompido. Em geral, os resultados apontam para o fato de que o falante aceita a sugestão do ouvinte e a integra em seu turno logo após o ponto de ruptura, repetindo ou parafraseando tal sugestão.

A natureza dialogal da conversação também é tratada em outro estudo por Hilgert (2003), no qual busca novamente evidenciar, com a análise de três inquéritos do Projeto Nurc/RS, o caráter processual do texto falado. Nesse sentido, investiga o modo como a compreensão é controlada por meio de monitoramento. Segundo o autor, em razão dos propósitos comunicacionais, os falantes mantêm a compreensão sob constante controle no trabalho de formulação do texto, seja individualmente, enquanto detentores do turno, seja em ações colaborativas em momentos de negociação formulativa por meio de diferentes atividades. Inserido na perspectiva de *status nascendi* do texto falado, Hilgert discute o problema da compreensão, verificando os padrões e as categorias de monitoramento.

Entendendo a compreensão como a identificação, por parte do ouvinte, dos sentidos inerentes às escolhas do falante na formulação do texto, Hilgert dis-

cute a relação entre as escolhas e estratégias produzidas para a formulação do texto, para a produção de sentidos e para a identificação e interpretação desses sentidos por parte do interlocutor, o que envolve a compreensão. Nessa busca de compreensão, os interlocutores realizam atividades para assegurar a intercompreensão própria do processo de produção de sentidos na constituição do discurso oral. Essas atividades, conforme o autor, exercem função “profilática” ou têm caráter reparador. O monitoramento “profilático” ocorre quando os interlocutores antecipam e evitam possíveis problemas de compreensão. O monitoramento reparador acontece quando surge um problema de compreensão na evolução do texto, desencadeando um trabalho interativo para a sua solução. Desse modo, para assegurar uma intercompreensão, os interlocutores realizam diferentes atividades, as quais Hilgert (2003) procura evidenciar em segmentos conversacionais.

Novamente Hilgert (2003) chama a atenção para um quadro de regularidade que envolve a estruturação de segmentos conversacionais com monitoração de problemas de compreensão, o que, segundo o autor, não explica o monitoramento dos problemas de compreensão em qualquer interação falada. Por isso, alerta para a necessidade de se estabelecerem padrões gerais e particulares (específicos de determinados tipos de interação) de monitoramento de problemas de compreensão.

Com esses estudos, Hilgert (2003) aponta como característica do texto falado a sua natureza interacional, visto que os interlocutores encontram-se face a face, controlando os sentidos de sua produção pela colaboração ou monitoramento de compreensão. Trazendo para o quadro enunciativo, essa colaboração e esse monitoramento do discurso falado de que trata Hilgert (2003) parecem ligar-se à condição de apropriação da língua, que é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, o que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 1970/1989). Por isso, as ações colaborativas de que fala Hilgert (2003), presentes na conversação, a meu ver, podem vincular-se na enunciação oral, objeto deste estudo, à necessidade de instanciar referência no discurso pelo locutor e pelo alocutário, porque este último, ao co-referir, torna-se um co-locutor, caracterizando o caráter intersubjetivo da enunciação.

Assim, a oralidade, considerada no interior do quadro enunciativo, instancia a linguagem como um modo de ação cuja função é vincular locutor e alocutário num jogo marcado por uma relação intersubjetiva de produção de sentidos no discurso, conforme observamos na argumentação de Benveniste (1970/1989, p. 87):

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura de *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros

são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação.

Barros (2001) propõe uma reflexão sobre a língua falada na perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa, trazendo para o interior desse quadro teórico e metodológico um estudo sobre questões enunciativas envolvidas na conversação. Para tanto, a autora verifica o papel dos elementos constitutivos da enunciação (tempo, espaço e sujeitos) na conversação. Em relação ao tempo, observa o fato de a fala não ser planejada antecipadamente. Por isso, apresenta traços de formulação e reformulação, que têm papéis diversos na interação verbal e, além disso, ocorre fragmentada em “jatos ou borbotões”. Em relação ao espaço, os sujeitos, na fala, dialogam face a face, compartilhando o mesmo contexto situacional, o que lhes permite usar dêiticos e recursos de outras ordens de expressão (visual, tátil, etc.). Em relação aos sujeitos (atores), há alternância de papéis de falante e ouvinte, produzindo efeitos de sentido de aproximação na enunciação. Em relação à expressão, na fala, a substância é sonora, com elementos “semi-simbólicos”, que ajudam a construir a cooperação na relação entre os sujeitos.

Para a autora, a conversação dita “espontânea” é, entre os tipos de textos falados, a que mais se aproxima ao ideal de fala definido acima. Para observar a enunciação do texto falado, a autora analisa os inquéritos do Nunc em que ocorrem diálogos entre

dois informantes. Nesses inquéritos, a autora analisa as escolhas de tempo, espaço e pessoa no discurso de cada falante, distinguindo o diálogo entre documentador e informante do diálogo entre dois informantes. No diálogo entre documentador e informante, a autora observa a relação, própria dos textos falados, entre o *eu* e o *tu*, em que os recursos da categoria de pessoa revelam a assimetria da conversação entre o documentador e o informante. Isso porque os usos de “nós” por “eu” e de o “senhor”, a “senhora” por “você” produzem o efeito de assimetria e instalam o desequilíbrio de papéis e a não-reciprocidade da troca. Neste caso, o diálogo difere da conversação espontânea ideal caracterizada pela autora. Já, no caso de diálogo entre dois informantes, acentuam-se a cumplicidade e a reciprocidade entre outros, próprias da conversação ideal.

Assim, com exame dos diálogos entre informantes do projeto Nurc, Barros (2001) evidencia que as pessoas do discurso constroem a simetria ou a assimetria dos papéis dos interlocutores da conversação. No caso da conversação espontânea, os papéis são alternados simetricamente e os efeitos decorrentes são a subjetividade dos falantes e a cumplicidade dialógica decorrente da reciprocidade, visto que pela alternância os sujeitos constroem juntos a conversação. Isso é evidenciado pelos usos de “você”, de “nomes próprios”, de “a gente” em lugar de “você”, de “nós” e de “eu”. A atenuação da relação de subjetividade ocorre em

geral quando se reforçam ou se apresentam os papéis sociais dos sujeitos envolvidos na conversação, como no emprego de “nós” pelo documentador no diálogo com o informante, que fala pelo projeto e constrói o seu papel de documentador.

As reflexões trazidas neste item evidenciam que a distinção oralidade e escrita é bastante complexa e que parece resumir-se no modo como se estrutura o diálogo característico de cada enunciação, lugar em que se instanciam sujeito, espaço e tempo. Nesse quadro teórico, oralidade e escrita distinguem-se pelo modo como os elementos constitutivos da enunciação estão configurados: na oralidade, tem-se a realização vocal da língua, com a presença dos sujeitos da alocação (*eu* e *tu*), que partilham o *aqui* e *agora* de produção de referências (*ele*) no discurso; já, na escrita, tem-se a realização gráfica da língua, em que os sujeitos da alocação (*eu* e *tu*) não partilham o *aqui* e *agora* de produção de referências (*ele*) no discurso.

No entanto, cada ato de utilização da língua, seja oral, seja escrito, é único. Por isso, num quadro teórico enunciativo, nas enunciações orais, embora carreguem o que é da ordem repetível, cada uma é marcada pela singularidade que caracteriza o ato de se enunciar, já que sujeitos, tempo e espaço são sempre particulares.

A reflexão empreendida neste item servirá de alicerce para a realizada no item seguinte, cujo tema é a oralidade da criança.

## A oralidade da criança

A produção da criança é constituída, na sua maioria, por segmentos colaborativos do adulto, conforme aponta Hilgert (2002), já que se encontra na dependência do outro, lugar da língua enquanto instituição social. Essa questão colaborativa parece aproximar-se do que Lemos (1982) nomeia como processo de *especularidade*, caracterizado pela incorporação pela criança de parte ou de todo o enunciado adulto, e de processo *complementaridade* intratur-nos, em que a criança incorpora parte do enunciado do adulto e, ainda, complementa com um outro. Em fase posterior de estudo, a autora (1992/1998) ainda reitera que, na aquisição inicial da linguagem, o enunciado da criança é ouvido e ressignificado pelo enunciado adulto. Isso, de um lado, vem corroborar esse caráter colaborativo presente na conversação criança-adulto e, de outro, apontar

as restrições que a teoria lingüística impõe à teorização sobre o vir-a-ser da criança como sujeito falante. Um primeiro passo nesse sentido é reconhecer na fala da criança esse vir-a-ser, isto é, que essa fala não coincide com a do adulto, nem com a interpretação que o adulto – mãe e investigador – lhe atribui, levado por uma semelhança que descarta sua diferença (LEMOS, 1999, p. 49).

Nesse sentido, não posso deixar de considerar as especificidades do *corpus* de minha investigação, caracterizado por diálogos que apresentam dizeres não coincidentes, “colaborações” e “interpretações”. Tais colaborações

e interpretações, embora mostrem não-concordância de sentidos entre a fala da criança e a do adulto, parecem também marcar o fato de que a fala do “outro” para a criança representa um lugar de inscrição no funcionamento da língua.

A discussão de Barros (2001) sobre a assimetria e a simetria produzidas na conversação aponta também para um aspecto interessante do discurso falado e permite questionar a especificidade do discurso falado da criança em sua relação com o outro. O outro com quem a criança dialoga, na maioria das alocações, é o adulto, seja ele pai, seja mãe, sejam avós, sejam tios, etc. Nesse sentido, essas enunciações são marcadas pela assimetria, já que é o adulto que parece “monitorar” os sentidos produzidos na relação interlocutória. Isso porque a fala da criança está na dependência do adulto como lugar onde se encontra a língua materna, o que evidencia, como bem destaca M. T. Lemos (2002, p. 172), “o fato de que a linguagem pré-existe ao sujeito”.

Essa reflexão acerca da fala infantil remete-me ao estudo produzido por Diedrich (2001) acerca do texto falado pela criança e as estratégias de sua construção. Como mostrei anteriormente, o texto falado envolve complexas atividades lingüísticas em sua produção, entre as quais se destacam as de repetição, as de paráfrase e as de correção, ligadas à reformulação, já que, como processo que coloca os sujeitos em presença num *aqui* e *agora*, a fala nasce neste jogo de formulação e reformulação.

Assim, Diedrich (2001), partindo de estudos realizados sobre o texto falado por adultos, busca investigar as atividades de reformulação em falas de uma criança dos quatro aos oito anos de idade. Para tanto, vale-se dos princípios teóricos da análise da conversação para tratar das características formais e funcionais dos dados analisados. Os resultados da autora apontam para o fato de que tanto a repetição quanto a paráfrase e a correção aparecem desde cedo na fala da informante. As estratégias utilizadas para a solução de problemas, tanto reais quanto virtuais, ocorrem já aos quatro anos, tornando-se recorrentes a partir dos seis, quando aumenta a complexidade dos textos.

Diedrich salienta que as atividades de reformulação decorrem de problemas de formulação. Nesse sentido, tais atividades originam-se da formulação presente em enunciados conversacionais mais complexos. Como entre quatro e cinco anos a criança produz estruturas simples, limitando-se, muitas vezes, a responder a perguntas do adulto por meio de pequenos enunciados, não aparecem nessa fase muitos problemas de formulação, não havendo, desse modo, necessidade de reformulação. Já a partir dos cinco anos, e principalmente dos seis aos oito anos, a informante responde às perguntas que lhe são dirigidas com enunciados longos, com detalhamento, exigindo uma formulação complexa e, conseqüentemente, reformulações. As análises da autora mostram que as características e funções dessas re-

formulações são diferenciadas, porque dependentes do desenvolvimento da competência lingüístico-interacional da criança.

Com relação à repetição, Diedrich (2001) verifica, na faixa dos quatro aos seis anos, que ocorrem reformulações de estruturas simples como em marcadores temporais e locativos (daí, depois, aqui). São também, na sua maioria, auto-repetições. A partir dos seis anos são formulados textos mais complexos e variados e, geralmente, as repetições ocorrem após intervenções da entrevistadora, tendo como propósito resgatar o tópico sobre o qual estava discorrendo. Em outras situações, produz a repetição de uma informação, após uma autocorreção, revelando conhecimento das descontinuidades de seu texto em relação ao processo de construção textual. Sobre essas repetições, a autora menciona a sua função argumentativa, visto que, na faixa dos quatro aos seis anos, o enunciado reformulador desempenha a função de confirmação, com estruturas simples, em substituição a expressões correspondentes a respostas afirmativas. Já dos seis aos sete anos, constata que as repetições têm a função argumentativa de intensificação, envolvendo estruturas lingüístico-textual-interativas mais complexas.

Com relação às paráfrases, a autora observa a predominância das expandidas, que se manifestam em todas as faixas etárias da informante, exercendo, em geral, a função de explicitar e esclarecer elementos apresentados na matriz. A partir dos sete anos,

acrescentam-se exemplificações. As paráfrases condensadas, produzidas a partir dos seis anos em número bem menor do que as expandidas, desempenham a função de resumo, ocorrendo por meio de expressões do tipo “essa coisa toda”, “um monte de coisa”, que constituem enunciados resumidores de listagens de elementos apresentados na matriz. Neste caso, a criança parece perceber que pode resumir o já dito e, ainda, acrescentar mais elementos sem a necessidade de listar tudo. Já as paráfrases paralelas, que para a autora têm a função de adequação vocabular e de especificação de elementos apresentados na matriz, ocorrem em número menor e somente a partir dos cinco anos. Por meio dessas paráfrases a criança oferece ao interlocutor opções formulativas para um mesmo segmento, o que, para Diedrich (2001), atesta um novo momento do desenvolvimento lingüístico interacional da criança. Esses usos parafrásticos, segundo a autora, são adjacentes, o que evidencia que a paráfrase, no texto produzido pela criança, atende a funções imediatas e pontuais na seqüência de produção textual.

Com relação às correções, Diedrich (2001) observa que as totais são bem mais freqüentes do que as parciais, que ocorrem somente a partir dos seis anos, com a função ligada à interação, em especial, à busca de garantia da intercompreensão de opiniões. O mais comum são as autocorreções, segundo a autora, também comuns nas conversações em geral. Já as heterocorreções ocorrem em número bem

menor, aparecendo aos cinco anos e presentes dos seis aos oito anos. Geralmente, essas heterocorreções alteram conteúdos semânticos e mostram o papel colaborativo da informante na conversação, assim como a tentativa de validar suas idéias em substituição às da entrevistadora. As correções de formas lingüísticas são morfossintáticas, visto que a informante procura, na sua maioria, corrigir enunciados a fim de garantir concordância de número entre pronomes e substantivos, artigos e substantivos. Em outros casos, busca atender à regência verbal pela troca de preposição.

Com relação aos resultados da análise, Diedrich chama a atenção para dois aspectos: 1) o de que seu estudo não pode ser tomado como uma caracterização das regularidades do texto falado por crianças, já que investiga a fala de uma única criança; 2) o de que seu estudo norteia-se pela análise da conversação e, por isso, não se trata de um trabalho em aquisição da linguagem. Com relação ao primeiro aspecto, a autora utiliza um *corpus* de controle, por meio do qual observa condições idênticas de interação, o que, pela comparação, possibilitou mostrar os resultados de sua pesquisa como não idiossincráticos e como ilustrativos de tendências confirmadas nas falas de outras crianças. Com relação ao segundo aspecto, chama a atenção para o fato de que seus resultados podem ser relacionados às descobertas ligadas à aquisição da linguagem.

O trabalho de Diedrich (2001) interage com os de Hilgert (2001, 2002,

2003), de Marcurschi (2003) e de Barros (2001), mostrando o discurso falado como apresentando traços gerais em sua produção e envolvendo atividades que atestam o jogo interlocutório existente entre a formulação e a reformulação num espaço e num tempo compartilhados por locutor e alocutário. Nessa estrutura de diálogo oral a criança desde cedo está imersa. No entanto, sua trajetória parece evidenciar que é constituída por esse diálogo, ao mesmo tempo em que constitui tal ato, já que suas estruturas de formulação e de reformulação mudam na relação com o outro diacronicamente, como atesta Diedrich (2001).

Considerando a singularidade da enunciação, a oralidade da criança aqui é vista como um processo de produção intersubjetiva, lugar de conversão da língua em discurso e da atualização do sentido em palavras pelo locutor. Desse modo, os aspectos relativos à oralidade, tais como correção, paráfrase e repetição, são tomados como elementos que instanciam um sentido particular no discurso, através da relação intersubjetiva. Isso porque considero que locutor (criança) e alocutário parecem buscar “ajustes” de sentido no espaço de partilha de suas enunciações. Para que essa cena enunciativa, em que estão estruturalmente ligados criança e outro de sua alocação num *aqui* e *agora*, converta-se em objeto de análise, torna-se necessário constituir outra enunciação, a transcrita. É sobre essa enunciação transcrita que o item seguinte tratará.

## O ponto de vista criador do objeto transcrito: a perspectiva enunciativa

Inserida numa concepção enunciativa de linguagem, concebo a transcrição como um ato de enunciação, marcado pela subjetividade do transcritor. Na verdade, concebo tanto coleta de dados quanto transcrição dos dados como envolvendo um gesto interpretativo do pesquisador. Acredito que o modo como cada pesquisador transforma a fala em dado já evidencia a particularidade de cada pesquisa, porque, como já afirmara Saussure (1916/2000, p. 15), “o ponto de vista cria o objeto”. Desse modo, conforme o olhar teórico do investigador, o dado oral recebe diferentes tratamentos. E é sobre o tratamento do dado numa perspectiva enunciativa que me proponho a refletir aqui.

Um ponto inicial a ser considerado diz respeito ao fato de que, na abordagem do objeto, a perspectiva enunciativa inclui o sujeito, o que implica considerar o uso da língua, enquanto atividade do sujeito, como único. É nesse quadro de singularidade de produção de referências que se pode pensar uma transcrição enunciativa do dado oral.

Retomando Benveniste (1970/1989, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Esse grande processo, segundo o autor, pode ser estudado sob diversos aspectos: 1) pelo mais perceptível: a realização vocal da

língua; 2) pelo mecanismo dessa produção: a conversão da língua em discurso, através da observação de como o “sentido” se forma em “palavras”; 3) pelo quadro formal de sua realização: verificação de como as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram.

A reflexão relacionada às pesquisas sobre a enunciação oral foi lançada por Benveniste (p. 82) ao observar:

Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade de situações nas quais a enunciação é produzida.

De fato, tendo como base a perspectiva enunciativa benvenistiana, não posso deixar de reiterar que a enunciação oral, embora carregue os traços gerais que permitem a cada locutor enunciar-se em sua língua materna a um alocutário também inscrito nessa “produção nativa”, há sempre nessa enunciação traços individuais, já que nem o mesmo sujeito reproduz exatamente as marcas da enunciação anterior em razão da diversidade de situações nas quais é produzida.

Transcrever um texto falado é fazer a passagem para outro escrito. Como escrita oralizada, uma transcrição

ideal, conforme Hilgert (1989), seria aquela em que se pudesse reconstruir a qualquer momento, com fidelidade, o original falado. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de este intento ser impossível, o que se deve ao fato de ela “ser moldada pela subjetividade com que o transcritor compreende o texto falado” (p. 69). Marcuschi (2003, p. 49) também observa que “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados”. Nesse caminho, observa que “há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas” (p. 49). Essas decisões parecem-me vincular-se ao ato interpretativo do transcritor que escolhe os caracteres formais de marcação de transcrição. Assim, nessa transformação da fala em escrita algo “falta”.

A enunciação como uma estrutura *eu-tu-ele/aqui/agora* implica a categoria de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço* num processo que constitui o próprio ato, que se insere na cultura. Por isso, considero a estrutura enunciativa como comportando os sujeitos (*eu-tu*), a língua (*ele*) e o sistema cultural ao qual a língua se vincula (*ELE*). Compreender o ato de transcrever como um ato de enunciação requer pensá-lo à luz dessa estrutura enunciativa (*eu-tu/ele*)-*ELE*. Essa estrutura está à disposição de todo sujeito para se enunciar e, como tal, do transcritor, que, ao se apropriar do aparelho formal de enunciação, institui-se como locutor e produz referências e sentidos

à cena enunciativa. Essa cena, por ser um elemento externo ao “eu”, é considerada aqui como “ele” (não-pessoa). Os sentidos produzidos pelo locutor-transcritor para esse “ele” instanciam o “ELE”, elemento cultural e teórico não presente na linearidade do discurso transcrito, mas constitutivo dele, já que está presente no transcritor um ponto de vista teórico *a priori* que prevê produção de referências, através de marcas específicas e comentários para os dizeres contidos na cena enunciativa. Esse ponto de vista teórico é criador do objeto transcrito.

A estrutura de enunciação *eu-tu-ele/aqui/agora* supõe as categorias de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço* num processo que constitui o próprio ato. No caso da transcrição, tem-se um ato que insere um locutor, o transcritor, que busca referir pelo discurso através de índices específicos para marcar essa escrita oralizada, atualizando a cena enunciativa (o *ele*) em seu caráter subjetivo. Nesse sentido, o locutor-transcritor é a pessoa na instância de discurso que atualiza e presentifica na escrita o ausente da relação, a cena enunciativa (*ele*), com os elementos de situação e espaço. Ao atualizar esse dado oral (*ele*) em uma escrita marcada com convenções próprias, instancia a subjetividade constitutiva de todo ato enunciativo.

A utilização da língua por aquele que fala introduz, em primeiro lugar, o locutor em sua fala, através de um jogo de formas específicas, inserindo-o em relação constante e necessária com um alocutário. No caso da transcrição,

as marcas que envolvem a técnica do transcrever instanciam o caráter de *intersubjetividade* da enunciação, já que o transcritor deseja constituir o dado como um fato apreensível e analisável para um outro ou para ele próprio em outro momento, quando se transformará em analista. Neste caso, o analista, como um novo locutor, não ouvirá a fala, mas lerá a fala, o que traz à tona agora um paradoxo, não do observador como diria Labov (1971), mas do transcritor. Esse locutor-transcritor ouve a cena (*ele*), escrevendo-a para um alocutário-analista, que não será um ouvinte do oral, mas um leitor do oral, já que a transcrição constitui-se numa escrita oralizada.

Por isso, a conversão da fala em escrita implica, sempre, um recorte relacionado à instanciamento da escrita na fala e da fala na escrita. É nessa dialética que situo o “paradoxo do transcritor”, já que nela “insiste-se em assinalar o que não pôde passar diretamente de um sistema para outro como um ‘resto’ que necessita de adaptação em nível de conteúdo” (REY-DEBOVE, 1996, p. 75). É nesse “resto” que reside, segundo Rey-Debove (1996), o essencial da distinção entre o oral e o escrito. Além disso, não se pode deixar de considerar, como argumenta a autora, que a passagem do oral para o escrito não é icônica, visto não haver um isomorfismo entre os grafemas da palavra escrita e os fonemas da palavra falada, sendo, por isso, bastante aleatório “representar” o oral.

Na enunciação do oral, aquele que enuncia está presente no *aqui* e *agora*

da alocação, ao passo que na enunciação escrita aquele que se enunciou está ausente. No caso da transcrição, defendo, com Surreaux (2006), a existência de um jogo entre essas duas enunciações: a enunciação de fala e a enunciação transcrita. Por isso, concebo com a autora a presença de dois locutores: o que se enuncia na fala e o que se enuncia na escrita (transcrição). Nesse sentido, temos, de um lado, a enunciação do locutor-criança com o seu alocutário, que coloca em jogo os sujeitos, a situação (o *aqui* e o *agora*) e os instrumentos e mecanismos de sua realização (a estrutura da língua); de outro lado, a enunciação vinculada ao ato de transcrever, que coloca em cena o locutor (transcritor), a cena a ser transcrita (*ele*), o alocutário, a situação, os instrumentos e os mecanismos de sua realização (a estrutura da língua e os caracteres formais de marcação do oral no escrito). Como afirma Surreaux (2006, p. 139), “trata-se, portanto, de coexistirem na transcrição duas cenas enunciativas: a primeira que é constituída por uma perda fundante, já que tudo não se transcreve; a segunda que é a do transcritor, já que a transcrição é sempre produto de um ato interpretativo”. Nessa impossibilidade de correspondência entre fala e escrita, o transcritor busca no escrito aproximar-se do oral através de determinadas convenções, fazendo aparecer nos discursos transcritos a invasão cada vez maior de caracteres não pertencentes à língua escrita (REY-DEBOVE, 1996, p. 79).

Nessa busca de representação do oral no escrito ocorre o ato interpretativo do transcritor, que o encaminha a escolher os caracteres formais de marcação de transcrição, instanciando a relação do locutor-transcritor com a teoria, o ELE da transcrição. Por isso, concebo a existência do dispositivo enunciativo (*eu-tu/ele*)-*ELE* como constitutivo do ato de enunciação e do ato de transcrição. Esse dispositivo é considerado como comportando os sujeitos (*eu-tu*), a cena enunciativa a ser transcrita (*ele*) e a teoria (*ELE*). Novamente aqui defendo que uma transcrição numa perspectiva enunciativa sempre é única e particular, porque o transcritor já está a um passo do alocutário-analista, fornecendo-lhe elementos para continuar a caminhada. Entre o dado e a transcrição, há um sujeito transcritor que singulariza aquele dado para transformá-lo em fato enunciativo de análise. Com isso, situa-se num “paradoxo”, já que sempre “restam” elementos da cena (*ele*) que lhe escapam.

Diante dessas questões, concordo com os posicionamentos de Flores (2006) sobre o ato de transcrição:

Transcrever, nessa perspectiva teórica, é enunciar e, portanto, é ato submetido à efemeridade da enunciação. Assim, consideramos que:

- a) Transcrever é condição da análise empreendida, sendo até mesmo uma etapa da análise, podendo ser estendida a estudos de diferentes *corpora*, inclusive de natureza gráfica;
- b) Cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível;
- c) A transcrição não pode ser considerada integral, nem mesmo pode ser generalizável.

## O ato enunciativo de transcrição da fala da criança

A escuta dos dados orais da criança me impuseram levantar a seguinte questão: é possível dar conta de tudo que a fala da criança apresenta em uma transcrição?

Esse questionamento me colocou diante dos limites da transcrição acarretados pela relação fala/escrita, já que se torna impossível dar conta de “tudo” que se apresenta na oralidade em sua representação escrita. Daí a conclusão: *a oralidade excede os limites da transcrição*. Além disso, a resposta a esta primeira questão me encaminhou a pensar acerca da unidade do campo aquisição da linguagem: o submetimento do pesquisador à fala da criança (cf. M. T. de Lemos, 2002). Esse submetimento traz como consequência a preocupação com o dado, coleta e transcrição. A verificação do tratamento do dado no campo aquisição da linguagem apontou uma heterogeneidade, pois ora o dado aparece com marcas específicas, ora com ausência de marcas, ora centrado apenas na fala da criança, ora na atividade dialógica da criança com o outro da sua interlocução. Essas diferenças solidificaram a minha crença de que “há um ponto de vista teórico subjacente às transcrições”.

As irregularidades atestadas no dizer da criança apontam para a não-unicidade da língua definida em termos de relações, mas para a dimensão do não idêntico, comportando, conforme Milner (1987), o *equivoco*. Desse modo, uma locução trabalhada como *equivoco* é, ao mesmo tempo, uma

outra, o que torna a sua *unicidade* fugidia. Por isso, considero que pensar a transcrição em *aquisição da linguagem* requer levar em conta uma noção de *língua materna* que comporte uma singularidade que inscreve aquele que a articula: o *sujeito*. Assim, o conceito de *língua materna* estabelece-se nessa relação entre o que é regular (a língua) como domínio da unicidade e o que é irregular (a enunciação), porque incluir o sujeito na abordagem do objeto é não se permitir falar de repetição ou de homogeneização dos dizeres. Por ser a enunciação sempre única e irrepetível, cada manifestação dos sujeitos é tomada como estrutura enunciativa que instancia a linguagem, como lugar que comporta a língua nesse domínio de unicidade e os sujeitos no domínio singular do ato sempre novo que realiza.

É nessa relação que penso a transcrição dos dados em aquisição de linguagem, em que o transcritor produz uma enunciação única e irrepetível. Por isso, ao se enunciar, está-se submetendo a uma teoria e às especificidades da enunciação primeira (a da oralidade), ao mesmo tempo que se marca no dizer.

Por isso, a transcrição construída contém aspectos que levam em conta a *teoria*, o *corpus* (fala de criança) e o *transcritor*. Relacionadas à *teoria*, três questões colocam-se como necessárias: 1) a contextualização, que é feita através de um cabeçalho, contendo informações sobre os participantes e os dados situacionais da entrevista (tempo e espaço); 2) a delimitação entre fala e comentário, que ocorre com a indicação de uma linha principal com a fala dos participantes da entrevista e uma linha secundária com esclarecimentos

sobre questões relativas à situação de enunciação ou sobre a interpretação do parceiro da criança acerca de um segmento não-inteligível; 3) a delimitação da unidade de sentido como a palavra no interior da frase, o que coloca as demais marcas apenas como recursos auxiliares na análise. Relacionadas ao *corpus* e seu contexto, insiro as marcações de omissões, interrupções e suspensões de segmentos, de entonação, de pausas, eventos não verbais e marcas de interação; relacionadas ao *transcritor*, coloco as indicações de dúvida e de não-entendimento. Con-

vém lembrar que todos esses aspectos situam-se no que chamo de “paradoxo do transcritor”, já que, diante da cena e de tudo que ela contém, o transcritor parece poder captar tudo para uma escrita oralizada. No entanto, o transcritor-locutor está sempre produzindo referências e deixando escapar algo, mesmo que se considerem essas três instâncias (a da teoria, a do *corpus* e a do próprio transcritor) como constitutivas do ato de transcrever para dar conta do todo.

A seguir, exemplifico, com um recorte enunciativo a transcrição de um episódio da fala da criança pesquisada:

|                            |                                                                                                                                         |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Participantes:</i>      | CAR (tia, filmando) e MÃE                                                                                                               |
| <i>Data da entrevista:</i> | 18-11-2002                                                                                                                              |
| <i>Idade da criança:</i>   | 2;1.12                                                                                                                                  |
| <i>Situação:</i>           | FRA está em sua casa. Conversa com CAR, brincando de telefonar e, depois, com suas bonecas. Eventualmente, a MÃE participa da conversa. |
| Com:                       | FRA deixa o telefone pendurado pelo fio.                                                                                                |
| CAR:                       | vai caí                                                                                                                                 |
| FRA:                       | não vai caí                                                                                                                             |
| Com:                       | silêncio.                                                                                                                               |
| FRA:                       | <b>nenê agunha tia</b> [= com o telefone na mão]                                                                                        |
| Com:                       | brincando com o telefone pendurado no encosto da cadeira.                                                                               |
| CAR:                       | <b>ãh?</b>                                                                                                                              |
| FRA:                       | <b>nenê agunha [?]</b>                                                                                                                  |
| CAR:                       | <b>não entendi</b>                                                                                                                      |
| FRA:                       | <b>nenê @ AGUNHA</b>                                                                                                                    |
| CAR:                       | <b>nenê é sem vergonha?</b>                                                                                                             |
| FRA:                       | <b>nenê agunha mãe</b>                                                                                                                  |
| CAR:                       | <b>por quê?</b>                                                                                                                         |
| FRA:                       | <b>nenê agunha</b>                                                                                                                      |
| CAR:                       | <b>por que qui o nenê é sem vergonha?</b>                                                                                               |
| FRA:                       | nenê                                                                                                                                    |
| CAR:                       | cadê teus nenê? Cadê teus nenê?                                                                                                         |
| FRA:                       | não sei                                                                                                                                 |

Como mostra esse recorte enunciativo, o interlocutor da criança está numa posição subjetiva como efeito de funcionamento lingüístico-enunciativo, que lhe permite interpretar a criança. Há uma opacidade na relação significante/significado, que marca a não-coincidência entre a fala do interlocutor e a da criança. É com essa opacidade que o transcritor em aquisição da linguagem depara-se no *aqui* e *agora* de seu ato de transcrição, constituindo-se como locutor para produzir referências à escuta da fala da criança.

As reflexões empreendidas neste item e nos anteriores me encaminham a formular três axiomas que sustentam a transcrição de dados em aquisição da linguagem, objeto de minhas investigações: 1) a transcrição é marcada pela “falta”, porque há um “resto” da oralidade impossível de ser transcrito; 2) há um ponto de vista teórico subjacente às transcrições; 3) a transcrição é um ato de enunciação.

## Conclusão

Inspirada no quadro teórico da teoria da enunciação oriunda de Émile Benveniste, busquei, a partir da natureza do *corpus* oral, refletir acerca do papel do transcritor na passagem do discurso oral para o escrito, compreendendo a transcrição como um ato de enunciação.

As perguntas que introduzem este texto estão na base da reflexão aqui empreendida: 1) É possível dar conta de tudo que a fala da criança apresenta em uma transcrição?; 2) O ponto de

vista teórico da pesquisa faz parte da transcrição de dados ou a transcrição de dados deve ser teoricamente neutra e, nesse sentido, pode subsidiar diferentes pesquisas (casos dos Bancos de Dados)?; 3) É possível fazer uma reflexão lingüística que tome por base as singularidades constitutivas da atividade lingüística do locutor-transcritor na passagem do oral para o escrito na transcrição? A primeira pergunta foi respondida após a revisão dos estudos que tratam da relação oralidade/escrita e dos que apresentam reflexões sobre a transcrição de dados; a segunda, ao se observar a existência de uma heterogeneidade no tratamento do dado no campo aquisição da linguagem e a terceira, após a leitura da obra de Benveniste.

As respostas a essas perguntas podem ser resumidas em três axiomas básicos que sustentaram a transcrição de dados de uma criança dos onze meses aos três anos e quatro meses: 1) a transcrição é marcada por uma “falta”, pois há um resto de oralidade impossível de ser transcrito; 2) há um ponto de vista teórico subjacente às transcrições; 3) a transcrição é um ato de enunciação.

Levando em conta esses axiomas, concebo a existência do dispositivo enunciativo (*eu-tu/ele*)-*ELE* como constitutivo do ato de enunciação e do ato de transcrição. Esse dispositivo é considerado como comportando os sujeitos (*eu-tu*), a cena enunciativa a ser transcrita (*ele*) e a teoria (*ELE*). De fato, como uma estrutura *eu-tu-ele/aqui/agora*, a transcrição, como ato

de enunciação, insere um locutor (*eu*), o transcritor, que busca referir pelo discurso através de índices específicos para marcar essa escrita oralizada, atualizando a cena enunciativa (o *ele*) em seu caráter subjetivo. Nesse sentido, o locutor-transcritor é a *pessoa* na instância de discurso que atualiza e presentifica na escrita o ausente da relação, a cena enunciativa (*ele*), com os elementos de *situação* e de *espaço*. Ao atualizar esse dado oral (*ele*) numa escrita marcada, instancia a subjetividade constitutiva do ato enunciativo. Nessa busca de representação do oral no escrito, ocorre o ato interpretativo do transcritor, que o encaminha a escolher os caracteres formais de marcação de transcrição, instanciando a relação do locutor-transcritor com a teoria, o ELE da transcrição, e situando-o em um “paradoxo”, já que sempre “restam” elementos da cena (*ele*) que lhe escapam.

### Résumé

## Sur l'interface oralité et écrit dans la transcription de données

Cette étude présente des réflexions sur le rôle du transcripteur dans le passage du discours oral au discours écrit à partir du cadre théorique énonciatif benvenistien et de l'observation de données orales d'un enfant des onzes mois jusqu'aux trois ans et quatre mois. La discussion réalisée a entraîné la formulation

de trois axiomes : 1) la transcription de la parole est marquée par le “manque”, parce qu'il y a un “reste” de l'oralité impossible d'être transcrit; 2) il y a un point de vue théorique sous-jacent aux transcriptions et 3) la transcription est un acte d'énonciation. Le premier axiome vient de la révision des études qui traitent de la relation oral/écrit et de celles qui présentent des réflexions sur la transcription de données; le second vient de l'observation qu'il y a une hétérogénéité dans le traitement de la donnée dans le *domaine Acquisition du Langage* et le troisième est tributaire de réflexions venues de la lecture de l'œuvre d'Émile Benveniste. À partir du troisième axiome, on produit un dispositif énonciatif pour le traitement de la parole de l'enfant.

*Mots-clé:* Énonciation. Oralité. Acquisition du langage. Transcription.

## Referências

- BARROS, Diana L. Pessoa de. Enunciação e língua falada. In: URBANO, H. et al. (Org.). *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-61.
- BENVENISTE, Émile (1966). *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1967) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- DIEDRICH, Marlene Sandra. *O texto falado da criança: estratégias de construção*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- FLORES, Valdir do Nascimento; KUHN, Tanara Zingano. Sobre a forma e o sentido na linguagem: enunciação e aspectos metodológicos de estudo da fala sintomática. In:

ENCONTRO NACIONAL DE AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM - ENAL, 7º. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. v. 1. p. 69-70.

HILGERT, José Gaston. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 89-124.

\_\_\_\_\_. A qualificação discursiva no texto falado. In: URBANO, H. et al. (Org.). *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001. p 62-84.

\_\_\_\_\_. *A paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo*. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. O monitoramento de problemas de compreensão na construção do texto falado. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas (Unicamp), v. 44, p. 223-238, jan./jun. 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LABOV, William. Methodology. In: DINGWALL, W. (Ed.). *A survey of linguistic science*. University of Maryland Linguistics Program, 1971.

LEMOS, Cláudia T. de (1992). Processos metafóricos e metonímicos. *Substratum*, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralín*, n. 3, 1982.

\_\_\_\_\_. Sobre o “Interacionismo”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 3, set. 1999.

LEMOS, Maria T. Guimarães de. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição da linguagem*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Fapesp: São Paulo, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

REY-DEBOVE, Josette (1988). À procura de distinção oral/escrito. In: CATAH, Nina (Org.). *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996. p. 75-90.

SAUSSURE, Ferdinand. (1916) *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Carmem Luci da Costa Silva. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SURREAUX, Luiza Milano. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.